

REGIONALISMO E IDENTIDADE NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Indira Rocha Marques – SEED/AP

Gilberto Marques – PPGE/UFPA

indirarochoa@ig.com.br;

gilsmarques@bol.com.br

RESUMO

O Território Federal do Amapá (FTA) foi fundado em 1943 e em 1945 anunciou a descoberta de uma grande jazida de manganês, que passou a ser explorado pela Icomi S/A. Desde o início o TFA foi conduzido por uma elite político-administrativa que conduzia um discurso e prática regionalista, importante para a permanência dela no poder, assim como do Amapá como unidade da Federação brasileira. A exploração mineral foi fundamental para isso, sustentando uma promessa de progresso e transformação do Amapá em estado federativo. O regionalismo se constituiu, então, como uma perspectiva teórico-metodológica que subsidiou o desenvolvimento de nossas pesquisas.

Palavras-Chave: regionalismo, elite político-administrativa, território federal, mineração.

INTRODUÇÃO

O regionalismo possui diferentes dimensões, como a econômica, a política, a simbólica. Desenvolvemos já há algum tempo um estudo em que reconstruímos a relação entre a exploração mineral e a constituição do Amapá como estado da Federação brasileira.

Partindo da pesquisa citada, neste presente trabalho apresentamos o regionalismo como uma perspectiva teórico-metodológica que subsidiou o desenvolvimento da pesquisa em questão. Deste modo, o objetivo principal deste artigo é apresentar o regionalismo como uma lente possível para a interpretação de processos das ciências sociais a partir de um estudo de caso: o Amapá.

Criado em 1943, através de um decreto do Presidente Getúlio Vargas, o Território Federal do Amapá (TFA) foi conduzido por uma elite político-administrativa que desenvolveu um discurso e prática regionalista que lhe permitiu manter-se no poder, assim como garantir a permanência daquele território como unidade da

Federação – pois havia o risco de ser reanexado ao Pará, como aconteceu com os territórios federais criados no Centro-Sul do país (Ponta-Porã e Iguassu). A ocorrência de minérios, destacadamente o manganês, foi elemento de destaque para a sustentação desses processos, incluindo a possibilidade de transformação futura do Amapá em estado federativo. A Indústria e Comércio de Minérios S/A (Icomi), empresa formalmente nacional (mas associada à norteamericana Bethlehem Steel) explorou o minério amapaense (descoberto em 1945) e também soube recorrer à elite político-administrativa para alcançar seus interesses – “enaltecendo” a região e seu povo sempre que necessário.

REGIONALISMO COMO SUBSÍDIO TEÓRICO

A discussão sobre região e regionalismo é bastante variada em suas abordagens e assume diferentes perspectivas em diversas correntes teóricas e em diferentes campos do conhecimento científico.

Em grande medida, para a economia, regionalismo é a reação de uma região que se “atrasou” no “desenvolvimento econômico” – que, para muitos, foi sinônimo de industrialização capitalista (MARQUES, 2007). A região tornou-se, nessa abordagem, o lugar das reivindicações, e tanto ela quanto o regionalismo foram apresentados como se fossem homogêneos, de onde se retirou a “vontade regional”, representação do interesse de todos. Para os que raciocinaram segundo esse esquema, o regionalismo reduziu-se a um conjunto de reivindicações da região atrasada com o objetivo de alcançar o nível de desenvolvimento (ou de industrialização) das regiões que se industrializaram.¹

Nas diversas interpretações do regionalismo, três esferas assumem maior ou menor importância. Alguns autores destacaram muito mais uma em detrimento de outra. Estes elementos eram: (1) a dimensão política, que incluía o debate sobre poder, dominação, opressão/alienação e ideologia; (2) a dimensão territorial, expressada na definição de região, ponto de partida para os diversos autores, que ora a negam, ora tentam conceituá-la; (3) finalmente, a dimensão da cultura,

¹ Qual o problema da abordagem economicista? Foi justamente cair no determinismo econômico, depositando uma expectativa exacerbada e uma neutralidade inexistente no planejamento e nos planejadores.

abordada sob o aspecto da representação, que destacava a identidade e o simbólico.

Gottman (1952) entendeu o regionalismo como a tendência de um setor para individualizar-se em um espaço habitado. Mas a capacidade de individualizar-se, própria dessa visão do regionalismo, permitiu à geografia regional incorporar a iconografia (dimensão simbólico-cultural) às suas análises. O autor destacou a importância do estudo do sistema de movimento (circulação no espaço, que podia ser de ordem política, econômica, cultural, etc.) e do sistema de resistência ao movimento (iconografia) para a criação da diferenciação na superfície do globo.

Para Bourdieu (1989), os critérios de identidade regional ou étnica na prática social eram objetos de uma dupla representação. Eram *representações mentais* (língua, sotaque e outros elementos), ou seja, eram atos de representação e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, aos quais os indivíduos aplicavam seus interesses e seus pressupostos. Eram também *representações objetivas*, coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou atos, que seriam estratégias destinadas à manipulação simbólica que tinham por objetivo determinar a representação mental que o grupo podia ter destas propriedades e de seus portadores. Assim, as lutas em defesa da identidade étnica ou regional seriam um caso particular das lutas de classificações, “luta pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (BOURDIEU, 1989, p. 113).²

Em Bourdieu, o discurso regionalista era um discurso *performativo*, que buscava impor como legítima uma nova definição das fronteiras, de conhecer e de se fazer reconhecer a região contra a definição dominante.

Nesse movimento teórico, o regionalismo foi apenas mais um caso das lutas propriamente simbólicas, na qual os atores podiam estar em estado de dispersão,

² Nessa luta, o que estava em jogo era o poder de impor uma visão do mundo social por meio dos princípios de “di-visão”, que no grupo realizavam o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo. O princípio de “di-visão”, tal como apresentado por Bourdieu, era um ato propriamente social que introduzia uma ruptura, uma fronteira, que separava “nós” e “eles” no mundo social. Mas o ato de traçar as fronteiras deveria ser realizado pelo indivíduo de maior autoridade, que, ao fazê-lo, traria à existência aquilo por ele enunciado.

individualmente, ou em estado coletivo, organizados. O que estava em jogo era a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas.

O movimento regionalista visava sustentar sua prática numa identidade regional que foi simbólica e historicamente construída por diferentes atores sociais interessados em fazer valer sua existência. Essa existência, como assinalou Bourdieu, era produto do discurso regionalista (diríamos nós: era “também” produto desse discurso), ou seja, de um discurso performativo que buscava impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dava a conhecer e fazia reconhecer a região. Assim, o regionalismo tinha em vista universalizar valores, constituindo-se a universalização como a estratégia de legitimação.³

Castro (1989a) analisou a prática regionalista no Nordeste brasileiro tendo como um dos objetivos evidenciar a importância do território como base para a ação política. Tal estudo definiu o espaço como produto e mediador das relações sociais e destacou que este, para realizar-se, precisou de uma base territorial concreta – o território, suporte físico fornecido pela natureza, em que a sociedade organizou-se e construiu o seu espaço.⁴

Havia dois níveis de identidade em Castro: um era o imediato, estruturado individualmente (topofilia) e o outro era o coletivo, estruturado na dinâmica das relações sociais – denominado pela autora região de vivência ou identidade regional. Nesses termos, a região era uma fração estruturada do território. A região era, então, o espaço vivido da identidade física, cultural e econômica. Contudo, Castro lembrou que esse caráter específico e diferenciado da região não significava o seu

³ Do que apresentamos de Bourdieu, podemos concluir que os símbolos eram instrumentos de integração social, e o regionalismo era um exemplo de luta simbólica, na qual o grupo dominante construía a imagem da região como algo do interesse de todos; porém esse grupo falava da região de acordo com sua visão e seus interesses e esforçava-se para fazer dessa visão particular a visão de todo o grupo (identidade), buscando desse modo a integração social de que falamos.

⁴ A dimensão territorial era ao mesmo tempo uma “unidade geográfica, uma unidade social e uma unidade política” (CASTRO, 1989a, p. 14). O espaço era definido como espaço-territorial. Ele era pensado com base em seu conteúdo material e social, mas a materialização dos processos históricos (a produção do espaço) não era homogênea, pois a sociedade relacionava-se de forma diferente e com recursos diferentes com a natureza, produzindo espaços diferenciados. Essa compreensão impunha a existência da noção de frações de espaço dentro do espaço total. A região, partindo dessa compreensão, seria uma fração do espaço total, constituiria um nível de análise do território. Esse nível não era estabelecido de forma arbitrária; pelo contrário, era fruto do acontecer particular do fato social, ou seja, fazia parte da totalidade socioespacial, embora fosse definido pelo lugar em que ela ocorria. Nesse sentido, a compreensão da região deve apoiar-se na contextualização da identidade regional.

isolamento, pelo contrário, a região era o espaço da interação com a sociedade global.

Castro também destacou a diferença entre a região de vivência e a região definida por critérios político-administrativos. A região de vivência era construída pelas relações territoriais, econômicas, sociais e culturais. Assim, “a região é moldada pelas imposições objetivas da natureza e da sociedade e redefinida pelas imposições subjetivas das relações de poder” (CASTRO, 1989a, p. 19). Esses dois níveis de região não eram necessariamente excludentes, ao contrário, eles podiam complementar-se e mascarar-se entre si, dando legitimidade à região política. O papel desempenhado pelas elites era fundamental, tanto para definir o caráter da região como para a projeção de sua imagem.

A questão da imagem evidenciou que a região, além de uma forma concreta, foi também representação e ideologia. Essa representação foi apropriada e reelaborada pela elite, que construiu um conjunto de idéias que foi reabsorvido coletivamente como ideologia. Essa ideologia, elaborada a partir da base regional com um fim específico, constituiu uma dimensão do regionalismo, que se manifestou como consciência regional.⁵

Qual a importância da elite local no processo em análise? Para Castro, a elite tinha a tarefa de remover as barreiras que dificultavam a atuação do Estado – entendido pela autora como facilitador da expansão do capital. Assim, o Estado apoiava-se nas elites locais, estabelecendo alianças com elas ou captando-as; elas, por sua vez, utilizavam o seu poder de barganha para direcionar, mesmo que em parte, as decisões de acordo com seus interesses.⁶

⁵ Castro destacou ainda que as opções ideológicas das elites e suas relações com o poder central eram elementos fundamentais dos meios de articulação da política regional. As elites tanto podiam estabelecer alianças com o poder central – o que as tornava beneficiárias da situação de marginalidade econômica ou política – quanto confrontar-se com ele, se isso lhes trouxesse benefícios.

⁶ Interpretar o regionalismo dessa forma supunha ter como referência a interação entre espaço e política, na qual cada um era reciprocamente determinante e determinado. Logo, a ação política, enquanto atividade governamental, definia espaços, mas era também definida por eles. Assim, o regionalismo do Nordeste, segundo Castro, era produto da especificidade do caráter político das interações sociais regionais, e sua existência resultava tanto dos fatores históricos locais como das relações da região com o poder central. O confronto de interesses regionais apontava para a questão do regionalismo – entendido como mobilização política de grupos dominantes numa região que lutam para defender interesses específicos, contra outros grupos dominantes de outras regiões ou contra o próprio governo central. Assim, o regionalismo seria um conceito político, vinculado aos interesses territoriais. Desse modo, o regionalismo referia-se tanto ao tema da participação política, como ao da organização espacial, pois a manipulação política supunha também intervenção espacial.

Em síntese, a análise regionalista era bastante complexa, pois envolvia identificação e coesão no interior da região, como também articulação com o poder central e competição externa tendo em vista a defesa, a preservação ou a obtenção de condições mais vantajosas. Dessa forma, o regionalismo era simultaneamente intrínseco, relativo e relacional. De acordo com Castro, a investigação sobre o regional evidenciou, de modo geral, a espacialização do sistema político; por isso, a autora buscou compreender suas articulações e interações tanto no âmbito local quanto com o poder central. Essa decisão implicou analisar o regionalismo com base na complexa relação entre espaço, ideologia e política.

Pelo que foi exposto, foi possível constatar que o regionalismo foi tomado como a expressão política de uma região, particularmente na ótica do conflito (apesar de poder haver coalizão de interesses, quando a região política fundia-se com a região de vivência) entre os da região e os de fora. A elite conduzia a “defesa” da região, mas, para que a região fosse considerada um espaço da ação política, fez-se necessária a constituição de uma identidade regional. Por conseguinte, a região apresentava-se como representação (que tinha base concreta) e ideologia e como um espaço que possibilitava a disputa pelo poder.

A análise centrada na elite pressupunha uma desigualdade de poder, um desnível entre os setores componentes da sociedade. Sendo assim, ficava implícita a existência do conflito, apesar de que a análise de Castro centrava-se muito mais no estudo da elite e os conflitos quando emergiam se apresentavam, principalmente como disputa entre grupos dominantes. Diferentemente, na análise de Gottman, o conflito ou desaparecia, ou perdia importância, de modo que o caráter reivindicatório que marcou o regionalismo perdeu evidência. Assim, a dimensão política perdeu importância, apresentando-se como um caráter organizacional.⁷

⁷ Diferentemente de Gottman (1952), Castro (1989a) sustentou que a identidade estava intimamente relacionada ao conflito. Sua concepção de identidade diferenciava-se da concepção adotada pela antropologia tradicional, que considera o contato entre as diferentes culturas como o elemento essencial da construção de identidade. A autora não negou o contato entre culturas presente na identidade, porém procurou problematizar o aspecto cultural ligado à noção de identidade ao concebê-lo como recurso político. Ela concluiu que o conflito entre identidades diferentes remete-nos à disputa de poder, ou seja, o confronto com o outro (com o diferente culturalmente) é um confronto de interesses, refletindo um desnível de poder. Isso expressava ainda uma superposição de escala de poder no território (o regional e o Estado central). Nesse processo, a delimitação da região e da identidade não podia ser rígida, ela era uma construção social política e era arbitrária e concreta ao mesmo tempo.

Sustentada no marxismo e na análise com base em conflitos, Markusen (1981) afirmou que o significado de uma região encontrava-se, não na realidade empírica denominada região, mas nas lutas que nela ocorriam. Enquanto Castro (1989a) fez da região um problema de análise – o regionalismo seria um de seus conteúdos possíveis –, Markusen evitou abordar a região, que, segundo sua análise, não evidenciava as relações sociais. Desse modo, a autora centrou seu estudo, não na região, mas no regionalismo, por entender que ele expressava as lutas sociais, e a região não.

Entre as instituições da sociedade humana, Markusen (1981) afirmou que o Estado Nacional foi a instituição central para a análise do regionalismo. Para a autora, o Estado Nacional foi uma forma de opressão e serviu como meio de manutenção da exploração de uma classe social por outra. O regionalismo seria uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado Nacional.

Em Markusen, a natureza territorial de uma luta regional, a diferenciação territorial, por si só, não seria a base para a definição regional ou para a luta regional. A diferenciação era legitimada e expandida pelo Estado, de tal maneira que alguns grupos sociais reivindicavam melhor tratamento para seu território com a finalidade de eliminar fontes adversas de diferenciação.⁸

Em Castro, o conflito não esteve dissociado da base territorial, já que a região era um elemento importante na definição da identidade regional. Assim como Anne Markusen, Castro destacou a dimensão política, mas a Markusen abordou a esfera política no sentido de evidenciar que as reivindicações regionalistas eram uma reação ao Estado.⁹

Também partindo do marxismo, Massey (1981) discutiu o regionalismo enquanto produto da acumulação de capital. Essa acumulação, responsável por uma divisão espacial do trabalho, produziu uma diferenciação espacial desigual no capitalismo. Diferentemente de quem parte da região para definir e analisar o

⁸ Markusen (1981) teve o mérito de tornar mais complexo o estudo do conflito social, pela ênfase dada à opressão, mas, ao negar a região, deixou de perceber que a base físico-material de um território pode em alguma medida influenciar as relações sociais e, portanto, o próprio regionalismo. Ao colocar toda capacidade de determinação nas relações sociais em si, independentemente da realidade física e/ou de outras dimensões, incorreu num certo determinismo que limitou a riqueza de sua análise.

⁹ Nessa abordagem, o Estado ganhou uma centralidade não encontrada em outros autores até aqui abordados. Muito mais que em Castro, na segunda autora o Estado foi abordado como uma forma de opressão política. Desse modo, a alienação era elemento de dominação ao mesmo tempo em que impulsionava as lutas pelo fim da opressão. Em Castro, como vimos, o político foi problematizado a partir do confronto, segundo a ótica da elite, e a identidade foi, ao mesmo tempo, recurso de coesão interna e de dominação da elite em relação à sociedade local; foi também recurso político usado no confronto com outro grupo ou poder central.

regionalismo, Massey defendeu que o estudo deveria começar, não pela região, mas pela acumulação de capital. Desse modo, a autora priorizou a acumulação de capital na análise da diferenciação espacial e, por conseguinte, do próprio regionalismo. O desenvolvimento regional apresentou-se, então, como um desenvolvimento desigual. Problemas aparentemente específicos de uma região estiveram relacionados com um contexto mais amplo da dinâmica econômico-social intraestatal.¹⁰

REGIONALISMO E AUTONOMIA NO AMAPÁ

A análise de Bourdieu (1999) ajudou-nos a compreender como foi construída a imagem da região amapaense, pois o Amapá, enquanto região político-administrativa era produto da ação do governo federal, que criou o Território Federal do Amapá, porém a identidade desta região não era fruto de um decreto-lei, mas de um processo mais complexo, onde o simbólico passava a ser elemento constituinte.

Por outro lado, se discordamos da geografia tradicional de Ratzel (1990a, 1990b), que apresentou o homem como passivo diante do meio, também temos que constatar que as construções sociais não são puro simbolismo abstrato. Elas são feitas em um território concreto.¹¹ Não podemos deixar de constatar, por exemplo, que a realidade amazônica, por causa do grande volume de águas, de alguma forma interagiu nas relações que os seres humanos estabeleceram entre si nesse espaço, contribuindo para a conformação do ribeirinho (aquele que vive à margem do rio).

No Amapá, a ação da elite político-administrativa foi fundamental para forjar simbólica e objetivamente o caráter regional e também a imagem de progresso do TFA como predestinado ao futuro estado (MARQUES, 2009).

O debate sobre regionalismo em Castro foi importante para nossa investigação, mas, no caso do Amapá, devemos considerar algumas especificidades. Por isso, nosso ponto de partida afasta-se do objeto prático de

¹⁰ Massey enfatizou a esfera econômica (enquanto acumulação capitalista) e entendeu a região, sobretudo, como produto e desdobramento da divisão territorial do trabalho realizada pelo capital. Nesse caminho, mas partindo da sociologia, Oliveira (1977) definiu região com base na especificidade da reprodução de capital, nas formas assumidas pela acumulação, nas estruturas de classes relacionadas a elas e nas formas da luta de classes e do conflito social no plano mais geral. A região era o espaço onde se imbricam a reprodução de capital e a luta de classes, onde econômico e político se fundiam, assumindo uma forma especial de aparição no produto social e nos pressupostos de reposição.

¹¹ Pádua (1997) partiu da interpretação de natureza e mundo natural como construções sociais, mas reconheceu que a continuidade da vida humana depende da sua relação com elementos não-humanos (geomorfologia e clima, por exemplo) que possuem dinâmica e constituição próprias. Assim, constatou a importância dos elementos biofísicos como componentes intrínsecos do jogo de interação entre a sociedade e a natureza.

Castro (1989a) e em nossa análise, como opção metodológica, não partimos de uma região já estabelecida (por exemplo, o Nordeste), que ia sofrendo mudanças, assim como sua elite, já estabelecida e consolidada; partimos do próprio processo de constituição da região (o Amapá). Nesse sentido, o estudo da gênese histórica do Amapá possibilitou-nos compreender como foi constituída a especificidade, como foi construído o próprio regionalismo.

Recorremos ao regionalismo para enfatizar a ação política de base territorial na construção da autonomia do Amapá. A mobilização regionalista foi analisada em distintos momentos, o que nos permitiu perceber formas diferentes de relação da elite local com o poder central. O regionalismo amapaense foi fortemente marcado pela ação direta do poder central. Essa ação específica foi determinante para a diferenciação inicial da região amapaense, a criação da nova unidade federativa, a constituição de suas fronteiras e da própria identidade local. No primeiro momento, foi o governo federal que impulsionou a formação da elite local – que não se colocava numa posição de confronto com o primeiro, ao contrário, havia associação direta e imediata com ele. Posteriormente, essa relação assumiu outros contornos. O poder central passou a ser alvo de questionamento, e a busca da autonomia (transformação do Território federal em estado) sustentou-se na crítica da falta de apoio ao TFA por parte do próprio governo federal.

Neste nosso estudo sobre o regionalismo, a elite, enquanto recurso conceitual e prático é considerada um elemento importante, mas fazemos algumas observações necessárias. Primeiro, elite é um termo com diversos sentidos, que variam dependendo de quem e de como é manipulado, o que o deixa, em alguns casos, com um conteúdo impreciso e vago. A elite é a expressão de uma dominação política que guarda proximidade ou relação direta com os setores economicamente dominantes da sociedade. Isso significa que a elite era a burguesia diretamente no poder? Não necessariamente. Entretanto, esteve diretamente ligada aos esquemas de dominação política que envolviam diferentes classes e atores sociais.¹²

¹² Para Bobbio a teoria da elite pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha que recorrer à força, em última instância” (BOBBIO, 1984, p. 5).

Afora isso, quando se examina a elite na ótica do confronto interregional ou com o poder central, normalmente se incorre em dois problemas: primeiro, minimizam-se ou desconsideram-se os conflitos internos da região (grandes proprietários *versus* pequenos produtores descapitalizados, por exemplo) – essa minimização diminui a capacidade de compreender a complexidade de uma realidade marcada pelo conflito entre diversos níveis e setores da sociedade, não apenas entre quem domina, mas também entre dominantes e dominados; segundo, tende-se (até pelo silêncio do pesquisador) a considerar a população local como totalmente passiva e receptora das ações da elite.

Por que, então, recorreremos à elite no estudo do movimento regionalista na conformação do Amapá em estado? Porque ali as classes não estavam plenamente constituídas; estavam em construção e ainda muito fragilizadas. Não havia um significativo sistema de pequena produção descapitalizada, muito menos um operariado forte e organizado, longe disso. Até mesmo os proprietários de terra e os comerciantes eram frágeis, em relação aos quadros não apenas nacionais, mas também regionais (quando comparados com outros do Pará).

O Território Federal sob a imagem de progresso, recurso da ideologia que orientou a busca da autonomia, foi potencializado com a presença da Icomi – que, por sua vez, foi determinante na definição da funcionalidade da região amapaense.¹³ A ação política – no caso, a mobilização regionalista – deu nitidez à identidade regional e à perspectiva autonomista a partir dos elementos que a estruturaram: a Icomi e o TFA. Mais do que isso: a ação política foi fundamental na construção concreta da região, reorganizando o espaço, ou seja, desestruturando-o e reestruturando-o. A região representou-se, assim, como um produto político, e não apenas físico e econômico.

Também o conceito de unidade histórica (gênese e psicologia histórica) de Lucien Febvre (2004) foi útil para compreendermos a constituição do Amapá como unidade da Federação brasileira. O Amapá vivo, real e humano, enquanto unidade histórica, remeteu-nos à questão da gênese: quando surgiu este Amapá?

¹³ A função foi aqui entendida com base no conceito de espaço como construção social de Milton Santos (1991), que o definiu como o meio, o lugar material da possibilidade de ocorrência dos eventos, o meio onde a vida se torna possível. O espaço é um conjunto de objetos (naturais e artificiais) e de relações que se realizam sobre os objetos.

Procuramos compreender a gênese histórica do Amapá não como algo simples, produto de um ato repentino de um determinado momento (o decreto-lei que criou o TFA ou a Constituição brasileira de 1988, que o transformou em estado), mas, ao contrário, buscamos, por trás da simplicidade da realidade, a complexidade dos fatos. O Amapá foi e continua sendo parte de uma construção geográfica, histórica e política. Entendê-lo nesses termos suscitou a pergunta citada anteriormente: quando, como e por que se fez o Amapá? Com essa pergunta (e com sua resposta), objetivamos compreender melhor este acontecimento recente, a transformação do Amapá em estado, e, nesse processo, o papel desempenhado pela Icomi. Mas, diferentemente de Febvre, que situava a sua determinação no plano interno, buscamos entender o Amapá em suas determinações internas e nas suas relações com o externo – porque o compreendemos como um processo que é interno e externo ao mesmo tempo, inclusive quando da busca de autonomia.

IDENTIDADE E REGIONALISMO NO AMAPÁ

Com base no levantamento demográfico e produtivo feito pelo Governo Território Federal do Amapá nos três municípios componentes do novo território, ainda no primeiro semestre de 1944, constatou-se que o município de Amapá contava 8.000 habitantes, Mazagão, 7.000 e Macapá, 10.000. A sede deste último (capital territorial) contava aproximadamente 2.000 pessoas apenas (NUNES, 1946). Conclui-se, portanto, que a população era principalmente moradora rural.¹⁴

Além da delimitação político-administrativa do Amapá, a elite local em formação procurou delimitá-lo simbolicamente, valorizando seus feitos históricos, culturais e riquezas naturais. Assim, as comemorações do aniversário da assinatura do Laudo Suíço¹⁵ foram apresentadas como o coroamento histórico da conquista do Amapá no espaço nacional. Esse fato era ao mesmo tempo apresentado pela elite como sinônimo de brasilidade e de identidade amapaense, porque particularizava a

¹⁴ Esses dados do levantamento do governo territorial apresentam diferenças em relação ao censo do IBGE de 1939-1940. Segundo o IBGE, em 1940 os três municípios contavam uma população total de 30.747 pessoas, das quais 93% residiam no campo. Macapá contava 16.234 habitantes, sendo 93,8% na zona rural.

¹⁵ Processo internacional que resolveu o litígio internacional entre Brasil e França sobre a posse do Amapá, tendo o Brasil vencido o mesmo.

história do Amapá e dava nitidez à identidade regional (luta heróica do povo amapaense pelo Brasil). A ação regionalista dessa fase de consolidação do Território construía a visão da região e a identidade regional no contexto da nacionalidade, ou seja, o regionalismo reforça o nacionalismo e vice-versa. A elite político-administrativa partia então da região de vivência, conceito trabalhado por Castro (1989a).

Na formação da identidade regional amapaense, buscou-se construir símbolos, datas específicas e heróis que dessem especificidade àquela região e ao mesmo tempo fossem elementos constituintes do sentimento de pertencimento – o sentimento de conhecer e de fazer-se reconhecer (discurso performativo), segundo Bourdieu (1989).

Um elemento que se destacou foi o mito do Cabralzinho como herói amapaense, autor de um feito nacional. A área do Território Federal do Amapá, mais precisamente a região compreendida entre os rios Oiapoque e Araguari, foi motivo de disputa entre Brasil e França, originando na segunda metade do século XIX, o território do Contestado, compartilhado pelas duas nações (MARQUES, 2009).

O fato de os garimpeiros brasileiros serem impedidos de ter acesso às minas de ouro do Calçoene (ainda município de Amapá) levou à formação de um Triunvirato¹⁶ (1894), que assumiu as funções de governo e depôs o representante francês no Contestado. O governador da Guiana Francesa, M. Charvein, nomeou um brasileiro chamado Trajano para governar Cunani (no Contestado) e restabelecer as condições anteriores. Ao chocar-se com o Triunvirato, em 1895 Trajano foi preso por ordem de Cabralzinho e conduzido à vila do Amapá.

Charvein ordenou que o capitão Lunier chefiasse um destacamento de 60 homens¹⁷ da marinha para prender Cabralzinho e libertar Trajano. Segundo a história amapaense, Cabralzinho enfrentou os franceses e matou Lunier, mas há relatos que apontam outra versão. Ao desembarcar na vila do Amapá, Lunier dirigiu-se a Cabralzinho, mas foi morto precipitadamente por um tiro de um dos homens

¹⁶ De início, o Triunvirato foi composto pelo representante brasileiro no Contestado, Desidério Antônio Coelho, pelo engenheiro e geógrafo Antônio Gonçalves Tocantins e por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho – comerciante que desde o período imperial participava de partidos políticos e mantinha interesses econômicos com a elite paraense. Pouco depois, Tocantins foi substituído pelo Cônego Domingo Maltez.

¹⁷ O número de soldados varia de 60 a 130 ou mesmo 200, de acordo com o depoimento de Cabralzinho (RAIOL, 1992).

humildes da vila. Iniciou-se o confronto, no qual Cabralzinho e outros homens fugiram para a mata (siriubal). Os franceses então assassinaram 38 brasileiros, entre mulheres, crianças e idosos. Dona Inês Magave, uma sobrevivente, relatou o caso a Raiol: “falsidade, foi falsidade porque o cabeça era o velho Félix. Aquele homem era guerreiro mesmo. Cabralzinho, Cabralzinho ele foi se esconder” (MAGAVE *apud* RAIOL, 1992, p. 201).

Logo após o massacre e a retirada francesa, Cabralzinho fez um relato e enviou-o ao governador paraense Lauro Sodré e ao jornal *Diário de Notícias*, de seu sócio em Belém, Felipe José de Lima. Com o relato divulgado pelo jornal (escrito em português e francês, pois foi enviado a Paris também), Cabralzinho tornou-se herói (reconhecido pelo governo brasileiro) por ter defendido e derrotado os franceses. Pouco tempo depois, Cabralzinho nomeou Felipe J. de Lima advogado do Triunvirato.

A importância de Cabralzinho decorre não de seu suposto feito heróico, mas da manipulação dos fatos para atender seus interesses pessoais, o que acabou dando uma grande dimensão ao ocorrido (que em outra situação ficaria praticamente desconhecido) e contribuiu para a resolução do conflito pela região a favor do Brasil. Portanto, diferentemente do que afirmou Raiol (1992), Cabralzinho não se tornou herói fundamentalmente por seu mérito próprio. De modo geral, a história paraense não registra o feito de Cabralzinho ou, quando o faz, atribui-lhe pouca importância – lembremos que a área do Contestado devia fazer parte do Pará.

O destaque e regate de Cabralzinho como herói foi feito a partir da criação do TFA. O governo territorial comemorava a data do seu feito, o governador fazia discursos exaltando a figura daquele herói e trouxe familiares de Cabralzinho para alguns dos eventos em sua honra.

Se o Amapá tivesse continuado como parte do estado paraense, possivelmente Cabralzinho não teria a evidência que passou a ter a partir de 1943. O ato de Francisco Xavier da Veiga Cabral foi apresentado como um feito nacionalista, assim como nacionalista era a ação do governo federal ao criar o Território Federal do Amapá.

Após a criação do Território, as denominações Amapá, povo amapaense, “nós, amapaenses”, entre outras, tornaram-se freqüentes no vocabulário da elite político-administrativa. Foram incorporadas e criadas datas cívicas;¹⁸ heróis, bandeiras, a Mística do Amapá (exaltação da Amapá e de seu povo), datas religiosas e outras também reforçavam a referência ao TFA no sentido de construir e particularizar a imagem da região amapaense (associada à promessa de progresso). Em 1944, o promotor público Joaquim Gomes Diniz compôs o poema “Canção do Amapá”, exaltando o patriotismo dos amapaenses e valorizando a região. Nesse mesmo ano, o poema foi musicado pelo maestro Oscar Santos e adotado como símbolo do território pelo governo Janary.¹⁹

Esse movimento para enaltecer e particularizar a região ajudou a construir a identidade amapaense, diferenciando-a do Pará simbolicamente, pois, institucionalmente, o Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, delimitando as fronteiras, já o tinha feito. A região juridicamente estabelecida passava a ser entendida como uma coisa única e progressista. Isso pode ser comprovado pela exaltação política constante nos discursos de Janary e nos artigos do *Jornal Amapá*, órgão de imprensa do governo territorial.

No processo de formação do regionalismo amapaense, podemos observar que a construção da identidade regional não se contrapunha ao nacional; ao contrário, o regional era o prolongamento de uma ação redentora e nacionalista do governo federal. Apesar disso, buscou-se constantemente especificar a região amapaense para que fosse reconhecida no âmbito local e nacional (MARQUES, 2009).

Nesse sentido, a condição de território federal e a potencialidade mineral constituíam uma das vertentes da construção da identidade regional e da perspectiva autonomista. Esses dois elementos construíam concreta e simbolicamente o Amapá, produzindo a imagem de um Amapá dinâmico no presente em oposição ao passado caótico. Isso pode ser constatado no relatório de Janary (NUNES, 1946) ou nas diversas matérias publicadas no *Jornal Amapá*.

¹⁸ Data de construção da Fortaleza de São José de Macapá, da criação do TFA, da instalação do governo territorial, do padroeiro do Amapá, afora as já citadas.

¹⁹ A Canção do Amapá é atualmente o hino do Estado do Amapá.

[O deputado federal] Coaracy [irmão de Janary] estará disposto a mostrar-vos o Amapá. Desde o Amapá abandonado nas selvas ínvias da Amazônia caluniada, sem transporte, sem educação, sem saúde, até o Amapá renascido, onde as escolas se espalham, onde surgem os hotéis, onde o cinema já existe, onde os campos experimentais ensinam ao cafuso e ao curiboca a arrancarem da terra dadivosa e boa o que ela oferece ao trabalho consciente do homem. O Amapá das riquezas inexploradas (JORNAL AMAPÁ, 24 ago. 1946).

Um momento bastante significativo nesse processo foi a promulgação da Constituição de 1946. A possibilidade de extinção dos territórios federais e o questionamento do contrato com a Hanna Exploration Company para a exploração do ferro do rio Vila Nova geraram reações de defesa da nova região (amapaense) por parte da elite e da população, aprofundando o sentimento de pertencimento a ela. Lembremos que Featherstone (1996) afirmou que o movimento de homogeneização, de identificação e de pertencimento ganha força no contato com o outro e no confronto. Os setores empresariais locais e o próprio governo do Território organizaram manifestações públicas de apoio ao governador e pela manutenção do TFA.

A região também era uma construção ideológica, calcada em determinado território.²⁰ A elite elaborou a sua visão da região e procurou generalizá-la, como se fosse a de todos os que habitavam o Amapá. Quando ela falava sobre ação nacionalista, progresso e riqueza mineral tinham como pano de fundo os seus próprios interesses. Concordando com Castro (1989b, p. 391), afirmamos que a região foi “concreta, observável, delimitada e socialmente construída”. Ao mesmo tempo em que se apresentou como uma determinada área geográfica foi, também, o lugar da ação política, onde se expressou um regionalismo. O Amapá foi sendo construído como realidade concreta e como sentimento, tal qual afirmou Febvre (2004) a propósito da gênese da Europa. Além disso, a elaboração de uma identidade regional fez parte do projeto de construção do Amapá como um novo estado da Federação brasileira.

Desse modo, a imagem do Amapá enquanto futuro estado não foi o simples resultado de um decreto arbitrário ou de um processo pré-estabelecido; para além

²⁰ Território enquanto conceito geográfico.

disso, foi um processo construído e conduzido, antes de tudo, por sua elite – ainda que incorporasse elementos da vivência cotidiana local. Em continuidade, a imagem do Amapá sustentou-se, entre outros fatores, em uma idéia e promessa de progresso que se associava à autonomia. Mas a autonomia dos primeiros anos, logo após a criação do Território, era a autonomia econômica: primeiro, porque era preciso dar função econômica ao novo Território de modo a justificar sua manutenção; segundo, porque a autonomia econômica era a pré-condição para a autonomia político-administrativa.

Apoiada no polígono econômico – Pecuária, Minérios, Agricultura e Energia e Porto de Escoamento –, a política econômica do Amapá tem dirigido sempre seu fluxo para horizontes mais plenos de conquistas duradouras [...] propiciando os avanços a largos passos para a independência econômica e financeira da região (JORNAL AMAPÁ, 13 set. 1958).

A idéia de progresso foi subsidiada em dois significativos fatores positivos locais: a condição de território federal e o potencial mineral – ao mesmo tempo em que eram elementos locais também decorreram de ação externa. Quanto ao potencial mineral, em 1946, foi descoberto minério de ferro no rio Vila Nova e firmado um contrato de exploração do GTFA com a empresa norte-americana Hanna Exploration Company. Ainda em 1946, foram descobertas as minas de manganês da Serra do Navio, o que resultou no contrato de exploração com a Icomi em 1947. Desde então, divulgou-se que a produção mineral seria o caminho do progresso do Amapá (MARQUES, 2009).

A exploração do ferro pela Hanna ficou apenas no contrato. Não foi o caso do manganês pela Icomi. A implantação do complexo de exploração do manganês levava o governo territorial a apresentar essa empresa como propulsora do progresso e da autonomia econômica da região: geraria renda (*royalties*), diversificaria a produção e atrairia a siderurgia e outros empreendimentos. Isso ganhava importância na medida em que a região, pelo menos até o início da década de 1940, se apresentava totalmente carente de políticas públicas que objetivassem sua valorização e o seu desenvolvimento. Em 1952, em um discurso de balanço de seu governo, Janary Nunes, afirmou que já havia encaminhado o processo de exploração do manganês do rio Amapari, o que incluía seu financiamento. O governador assegurou que daria continuidade ao programa de sua administração,

“sempre ajudado pelo apoio do povo desta terra, cujo principal objetivo é transformar o Território num próspero Estado da Federação brasileira” (JORNAL AMAPÁ, 11 out. 1952).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Regionalismo ainda é um tema pouco explorado na geografia e mesmo na economia, se comparado a outros debates desenvolvidos. Apesar disso, mostra-se bastante complexo e diversificado em diferentes abordagens. No caso do estudo feito por nós sobre o Amapá em seu processo de constituição enquanto unidade da Federação brasileira, constatamos que a existência de um discurso e prática regionalista conduzido por uma elite político-administrativa foi importante para a permanência daquele território como unidade federativa e serviu de sustentação para o projeto de autonomia administrativa: sua elevação à condição de estado – para isso também foi fundamental a exploração mineral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. Teoria das elites. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Curso de introdução à ciência política. Brasília, DF, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- CASTRO, Iná. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. 1989. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989a.
- CASTRO, Iná. Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil. Dados- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 389-403, 1989b.
- FEATHERSTONE, Mike. Localismo, globalismo e identidade cultural. Revista Sociedade e Estado, v. 11, n. 1, p. 9-42, jan./jun. 1998.
- FEBVRE, Lucien. A Europa: gênese de uma civilização. Florianópolis: Edusc, 2004.
- GOTTMAN, Jean. La politique des États et leur géographie. Paris: Armand Colin, 1952.
- São Paulo, ano 1, n. 2, p. 61-99, maio 1981.
- JORNAL AMAPÁ. Macapá, 24 ago. 1946.
- JORNAL AMAPÁ. Macapá, 13 set. 1958.
- JORNAL AMAPÁ. Macapá, 11 out. 1952.
- MARQUES, Gilberto. Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, Indira. Território federal e mineração de manganês: gênese do estado do Amapá. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Tese de doutorado.

MASSEY, Doreen. Regionalismo: alguns problemas atuais. Espaço e Debates, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 50-83, maio 1981.

NUNES, Janary Gentil. Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RATZEL, Friedrich. Antropogeografia. In: MORAES, Antonio C. (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990a (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1991.